

30 11 11

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL E FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO DA COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES**



Pelo presente instrumento particular, de um lado:

(a) **COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de São Luís, Estado do Maranhão, na Avenida Eng. Emiliano Macieira, n.º 02, Rodovia BR-135, km 20,5, Estiva, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 06.272.199/0001-93, com seus atos registrados na Junta Comercial do Estado do Maranhão ("JUCEMA") sob o NIRE n.º 2130000709-1, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");

E, de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da Emissora ("Debenturistas" e "Debêntures", respectivamente):

(b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 500, bloco 13, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001.91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

E, como intervenientes garantidoras,

(c) **RENOSA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM com sede na Cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, na Avenida Mário Andreazza, n.º 1.800, bairro Nova Esperança, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 01.403.613/0001-32, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Renosa Indústria");

(d) **RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM com sede na Cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, na Avenida Mário Andreazza, n.º 1.800, bairro Nova Esperança, inscrita no CNPJ/MF

1

30 11 11

sob n.º 11.693.867/0001-96, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Renosa Participações");



(e) **TOCANTINS REFRIGERANTES S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM com sede na Cidade de Imperatriz, Estado do Maranhão, na Rodovia BR 010, s/nº, Km 1.351, bairro Côco Grande, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 06.375.398/0001-27, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Tocantins");

(f) **CBA COMPANHIA DE BEBIDAS E ALIMENTOS DO SÃO FRANCISCO**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM com sede na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas, na Av. Cachoeira de Meirim, s/nº, bairro Benedito Bentes, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 08.965.289/0001-95, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CBA"); e

(g) **CAF COMPANHIA DE ÁGUAS FUNCIONAIS DO NORDESTE**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM com sede na Cidade de Maceió, Estado de Alagoas, na Rua João José Pereira Filho, s/n.º, Q. 12, Módulo 03, Distrito Industrial, bairro Tabuleiro dos Martins, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 10.557.540/0001-24, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("CAF", referida em conjunto com a Renosa Indústria, Renosa Participações, Tocantins e CBA como "Fiadoras");

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, Para Distribuição Pública Com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Maranhense de Refrigerantes" ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da assembleia geral extraordinária de acionistas da Emissora realizada em 18 de novembro de 2011 ("AGE"), na qual foram deliberadas as condições da 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora ("Emissão"), conforme o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

7  
2

30 11 11



## CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada observados os seguintes requisitos:

### 2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta Restrita” e “Instrução CVM 476”, respectivamente).

2.1.2. Nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

2.1.3. A Oferta Restrita não será objeto de registro perante a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

### 2.2. Arquivamento na JUCEMA e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE será registrada na JUCEMA e publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão e no jornal “O Estado do Maranhão”, nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

### 2.3. Registro da Escritura de Emissão

2.3.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCEMA, de acordo com o artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. Adicionalmente, esta Escritura de Emissão será registrada em até 20 (vinte) dias nos Cartórios de Registros de Títulos e Documentos do domicílio das Fiadoras e do Agente Fiduciário, na forma prevista na Lei de Registros Públicos, de n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left, a smaller one in the middle, and a large stylized mark on the right.

30 11 11

2.3.3. A Emissora se compromete a enviar ao Agente Fiduciário cópia da Escritura de Emissão devidamente registrada nos termos deste item 2.3. em até 10 (dez) dias contados da obtenção do último registro necessário.



## 2.4. Registro para Colocação e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a subscrição, a custódia e a liquidação financeira das Debêntures realizadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o descrito no item 2.4.1. acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Investidores Qualificados” e “Instrução CVM 409”, respectivamente), depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

### 3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o artigo 3º do seu Estatuto Social, a Emissora tem por objeto social a indústria e o comércio de bebidas, notadamente de refrigerantes e produtos conexos.

### 3.2. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª (primeira) emissão pública de Debêntures da Emissora.

### 3.3. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

7  
4

30 11 11



### 3.4. Séries

A Emissão será realizada em série única.

### 3.5. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 350 (trezentas e cinquenta) Debêntures.

### 3.6. Banco Mandatário e Escriturador

O banco mandatário e escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Vila Yara, s/n.º, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" ou "Escriturador").

### 3.7. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados da seguinte forma: (i) parcela majoritária mínima de R\$ 315.000.000,00 (trezentos e quinze milhões de reais) para o pagamento do valor remanescente devido pela Emissora em virtude da aquisição das empresas CBA e CAF; e (ii) parcela remanescente para a reconstituição do caixa da Emissora.

### 3.8. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

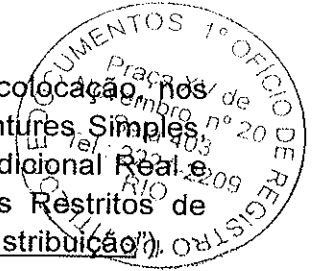
## CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

### 4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Itaú BBA S.A. ("Itaú BBA", sendo o Coordenador Líder e o Itaú BBA referidos

30 11 11

em conjunto como "Coordenadores"), sob regime de garantia firme de colocação, nos termos do Instrumento Particular de Coordenação, Colocação de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Maranhense de Refrigerantes ("Contrato de Distribuição").



4.1.2. O público alvo da Oferta Restrita serão Investidores Qualificados, observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso (iv) da Instrução CVM 409 deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Investidores Qualificados").

4.1.3. No âmbito da Oferta, (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelos Coordenadores; e (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.4. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter sua quantidade e/ou seu valor aumentados em nenhuma hipótese.

4.1.5. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e com o Contrato de Distribuição.

4.1.6. No ato de subscrição das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando estar ciente de que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão, dentre outras declarações.

4.1.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelos Coordenadores aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.8. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

6

30 11 11

#### 4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 29 de novembro de 2011 ("Data de Emissão").



#### 4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário de cada Debênture será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

#### 4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures, nos termos do artigo 63, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

#### 4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, contando com a Fiança e a Alienação Fiduciária (conforme abaixo definidos) descrita no item 4.17. abaixo.

#### 4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em um mesmo dia, em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição, de acordo com os procedimentos adotados pela CETIP ("Data de Integralização").

4.6.3. A subscrição e integralização das Debêntures está condicionada (i) ao registro desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária nos competentes Cartórios de Registros de Títulos e Documentos; e (ii) à averbação da Alienação

7

30 11 11



Fiduciária nos respectivos livros de registros de ações nominativas da CAFE e GBA, nos termos desta Escritura de Emissão e da regulamentação aplicável.

#### 4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, com vencimento final em 29 de novembro de 2018 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento, em moeda corrente, do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo) devida nos termos do item 4.9 abaixo.

#### 4.8. Amortização Programada

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado mensalmente a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, da seguinte forma:

Datas de Amortização:	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a ser amortizado:
29 de novembro de 2013	1,6393%
29 de dezembro de 2013	1,6393%
29 de janeiro de 2014	1,6393%
29 de fevereiro de 2014	1,6393%
29 de março de 2014	1,6393%
29 de abril de 2014	1,6393%
29 de maio de 2014	1,6393%
29 de junho de 2014	1,6393%
29 de julho de 2014	1,6393%
29 de agosto de 2014	1,6393%
29 de setembro de 2014	1,6393%
29 de outubro de 2014	1,6393%
29 de novembro de 2014	1,6393%
29 de dezembro de 2014	1,6393%
29 de janeiro de 2015	1,6393%
29 de fevereiro de 2015	1,6393%
29 de março de 2015	1,6393%
29 de abril de 2015	1,6393%
29 de maio de 2015	1,6393%
29 de junho de 2015	1,6393%
29 de julho de 2015	1,6393%
29 de agosto de 2015	1,6393%
29 de setembro de 2015	1,6393%
29 de outubro de 2015	1,6393%
29 de novembro de 2015	1,6393%
29 de dezembro de 2015	1,6393%



30 11 11



29 de janeiro de 2016	1,6393%
29 de fevereiro de 2016	1,6393%
29 de março de 2016	1,6393%
29 de abril de 2016	1,6393%
29 de maio de 2016	1,6393%
29 de junho de 2016	1,6393%
29 de julho de 2016	1,6393%
29 de agosto de 2016	1,6393%
29 de setembro de 2016	1,6393%
29 de outubro de 2016	1,6393%
29 de novembro de 2016	1,6393%
29 de dezembro de 2016	1,6393%
29 de janeiro de 2017	1,6393%
29 de fevereiro de 2017	1,6393%
29 de março de 2017	1,6393%
29 de abril de 2017	1,6393%
29 de maio de 2017	1,6393%
29 de junho de 2017	1,6393%
29 de julho de 2017	1,6393%
29 de agosto de 2017	1,6393%
29 de setembro de 2017	1,6393%
29 de outubro de 2017	1,6393%
29 de novembro de 2017	1,6393%
29 de dezembro de 2017	1,6393%
29 de janeiro de 2018	1,6393%
29 de fevereiro de 2018	1,6393%
29 de março de 2018	1,6393%
29 de abril de 2018	1,6393%
29 de maio de 2018	1,6393%
29 de junho de 2018	1,6393%
29 de julho de 2018	1,6393%
29 de agosto de 2018	1,6393%
29 de setembro de 2018	1,6393%
29 de outubro de 2018	1,6393%
Data de Vencimento	1,6420%

4.8.2. A amortização será realizada sempre nos dias determinados pela tabela acima (cada data, uma "Data de Amortização"), sendo que o primeiro pagamento de amortização ocorrerá em 29 de novembro de 2013. Caso uma Data de Amortização não seja um dia útil, o pagamento deverá ser realizado no dia útil imediatamente subsequente.

#### 4.9. Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado.

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page, including a large signature on the left and a smaller one on the right, along with a handwritten number '9'.

30 11 11

4.9.2. As Debêntures renderão juros correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI") acrescida de uma sobretaxa de 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização (conforme abaixo definido);

VNe Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

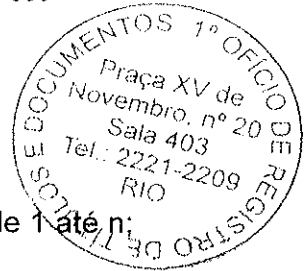
FatorJuros fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Fator DI produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado, da Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, inclusive, até cada Data de Pagamento da Remuneração, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

30 11 11

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$



onde:

- k** número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até **n**;
- n** número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;
- TDI<sub>k</sub>** Taxa DI-Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- DI<sub>k</sub>** Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma percentual ao ano, divulgada pela CETIP válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

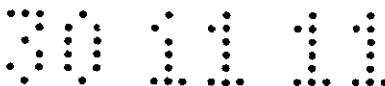
**Fator Spread** Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo;

$$\text{Fator Spread} = \left\{ \left( \frac{\text{sobretaxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{252}} \right\}$$

onde:

**sobretaxa** 2,1500 (dois inteiros e quinze centésimos) informado com 4 (quatro) casas decimais;

**DUP** É o número de dias úteis entre a data de Integralização ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (exclusive) e a data atual (inclusive), sendo "DUP" um número inteiro;



Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.
- (ii) O fator resultante da expressão  $(1 + TDI_k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDI_k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.
- (v) O fator resultante da expressão  $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.
- (vi) O valor da Remuneração será agregado ao Valor Nominal Unitário não amortizado para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final do Período de Capitalização.

4.9.3. O período de capitalização da Remuneração ("Período de Capitalização") é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Integralização e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

30 11 11

4.9.5. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para que os Debenturistas deliberem de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do Fator DI, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, caso tenha ocorrido pagamento de Remuneração até a data de deliberação da Taxa Substitutiva.

4.9.6. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando a maioria simples das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido em referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último.

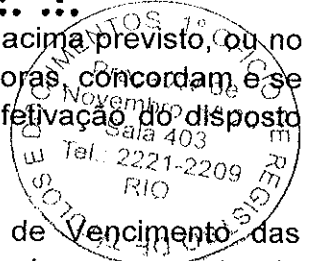
4.9.7. As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Nesta alternativa, para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.8. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.5. acima e não haja disposição legal ou determinação judicial expressamente vedando a sua utilização, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.9. As Fiadoras declaram-se desde já cientes e concordam que o disposto nos itens 4.9.4. e 4.9.5 acima não importará em novação, conforme definida e regulada pelo artigo 360 e seguintes do Código Civil (confirme abaixo definido), mantendo-se a Fiança (conforme abaixo definido) válida e em pleno vigor, inclusive no caso de obrigação da

30 11 11

Emissora de resgatar antecipadamente as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. As Fiadoras, concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.



4.9.10. A Remuneração será paga mensalmente até a Data de Vencimento das Debêntures, sempre no dia 29 de cada mês, sendo o primeiro pagamento da Remuneração realizado em 29 de dezembro de 2011 (cada data de pagamento de Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração").

4.9.10.1. Caso uma Data de Pagamento de Remuneração não seja um dia útil, o pagamento deverá ser realizado no dia útil imediatamente subsequente.

4.9.10.2. Farão jus à Remuneração aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do dia útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração.

#### 4.10. Resgate Antecipado

4.10.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, promover o resgate antecipado de parte ou da totalidade das Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações ("Resgate Antecipado").

4.10.2. O Resgate Antecipado deverá ser comunicado aos Debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de sua efetivação, por meio de comunicação escrita enviada pela Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário e para a CETIP ("Comunicação de Resgate Antecipado"). A data de Resgate Antecipado deverá ser obrigatoriamente um dia útil.

4.10.3. Na Comunicação de Resgate Antecipado deverá constar: (i) a data de Resgate Antecipado; (ii) se o Resgate Antecipado será total ou parcial; (iii) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será calculado nos termos do item 4.10.4. abaixo; e (iv) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado.

4.10.4. A título de Resgate Antecipado, os Debenturistas farão jus ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures não amortizado acrescido (i) da Remuneração devida e não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada *pro rata temporis* desde a

30 11 11

Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, (ii) dos demais encargos devidos e não pagos até a data de Resgate Antecipado, e (iii) de um prêmio de resgate antecipado (Prêmio de Resgate Antecipado), calculado de acordo com o item 4.10.5 abaixo.

4.10.5. O Prêmio de Resgate Antecipado será equivalente a um percentual do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida e não paga até a data de Resgate Antecipado, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, sendo que referido percentual será variável de acordo com o período em que o Resgate Antecipado será realizado, conforme o seguinte escalonamento:

Percentual	Período do Resgate Antecipado
1,05%	29/11/2011 a 29/05/2012
1,03%	30/05/2012 a 29/11/2012
1,00%	30/11/2012 a 29/05/2013
0,97%	30/05/2013 a 29/11/2013
0,93%	30/11/2013 a 29/05/2014
0,91%	30/05/2014 a 29/11/2014
0,88%	30/11/2014 a 29/05/2015
0,83%	30/05/2015 a 29/11/2015
0,76%	30/11/2015 a 29/05/2016
0,67%	30/05/2016 a 29/11/2016
0,56%	30/11/2016 a 29/05/2017
0,43%	30/05/2017 a 29/11/2017
0,31%	30/11/2017 a 29/05/2018
0,27%	30/05/2018 a 29/11/2018

4.10.6. Em caso de Resgate Antecipado parcial, o Agente Fiduciário coordenará o sorteio das Debêntures a serem resgatadas. Neste caso, o Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial,

30 11 11

não haverá a necessidade de aditamento à presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.10.7. As Debêntures resgatadas pela Emissora nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.



#### 4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. É facultado à Emissora adquirir as Debêntures em circulação, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras, desde que a oferta de aquisição facultativa seja aceita pelo respectivo Debenturista, (i) por preço igual ou inferior ao de seu Valor Nominal Unitário, ou (ii) por preço superior ao Valor Nominal Unitário, nos termos do disposto no artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações, observadas as restrições de negociação nos termos do artigo 13 da Instrução CVM 476, bem como a legislação aplicável à época e as regras expedidas pela CVM.

4.11.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser colocadas novamente no mercado, canceladas a qualquer momento ou permanecer em tesouraria da Emissora. As Debêntures mencionadas no item acima, caso sejam recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

#### 4.12. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

#### 4.13. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCEMA.

#### 4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observado o disposto nos itens 4.14.2. e 4.14.3. abaixo, as Debêntures e todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão serão consideradas antecipadamente vencidas, independentemente de qualquer notificação judicial e/ou extrajudicial, tornando-se imediatamente exigível da Emissora o pagamento do Valor



Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento e demais encargos devidos e não pagos até a data do vencimento antecipado, na ocorrência das seguintes hipóteses ("Evento de Inadimplemento"):

- (a) inadimplemento, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras (conforme abaixo definido), no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Alienação Fiduciária;
- (b) descumprimento pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, no prazo e na forma devidos, de qualquer obrigação não pecuniária em quaisquer documentos relacionados com a Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando a esta Escritura de Emissão e/ou ao Contrato de Alienação Fiduciária, salvo se o referido descumprimento for sanado em até 10 (dez) dias úteis ou no prazo de cura estabelecido no referido instrumento, quando existente;
- (c) decretação de vencimento antecipado ou inadimplemento de qualquer obrigação pecuniária da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras não decorrente desta Escritura de Emissão, no mercado local ou internacional, cujo valor individual ou agregado seja superior ao equivalente a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu valor em outras moedas, incluindo, mas não se limitando às obrigações da Emissora e/ou Fiadoras junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES ("BNDES");
- (d) (i) decretação de falência da Emissora, de qualquer de suas controladas, controladoras e/ou das Fiadoras; (ii) pedido de autofalência pela Emissora, por qualquer de suas controladas, controladoras e/ou por qualquer das Fiadoras; (iii) pedido de falência da Emissora, de qualquer de suas controladas, controladoras e/ou das Fiadoras formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, de qualquer de suas controladas, controladoras e/ou de qualquer das Fiadoras, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, de qualquer de suas controladas, controladoras e/ou de qualquer das Fiadoras;

JUL 11 2011

354655

30 11 11

- (e) protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra qualquer das Fiadoras, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou seu valor em outras moedas, salvo se, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do referido protesto, este tenha sido cancelado ou suspenso;
- (f) caso a Alienação Fiduciária e/ou a Fiança (i) seja(m) o objeto de questionamento judicial ou arbitral por qualquer terceiro, pela Emissora, pelas Fiadoras ou qualquer uma das partes que a tenham outorgado, com a emissão, por juízo brasileiro ou internacional, de decisão, ainda que liminar ou precária, sentença ou acórdão (ou instituto jurídico de mesma natureza na jurisdição aplicável), ainda que sujeito a recurso, que, a critério do Agente Fiduciário, afete o exercício de qualquer de seus direitos sob a garantia e tal decisão, sentença ou acórdão não seja revertida em sua plenitude no prazo de até 10 (dez) dias contados da data em que tenha sido pronunciada; (ii) não forem devidamente constituídas e formalizadas, nos termos da cláusula 4.17. e seguintes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária; (iii) forem anuladas; ou (iv) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas;
- (g) redução de capital da Emissora, sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral;
- (h) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou decisão arbitral não sujeita a recurso contra a Emissora e/ou contra qualquer das Fiadoras, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas;
- (i) caso a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras transfira ou por qualquer forma ceda ou prometa ceder a terceiros os direitos e obrigações assumidos nos termos nesta Escritura de Emissão, sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral;
- (j) modificação do controle societário direto ou indireto da Emissora e/ou de quaisquer das Fiadoras, sem o consentimento prévio por escrito dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral;

30 11 11

- (k) cisão total ou parcial, fusão, reorganização societária, venda de participação ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, incluindo a oferta pública inicial de ações da Emissora e/ou das Fiadoras, ou distribuição indireta de valores mobiliários de emissão da Emissora e/ou das Fiadoras, de suas controladas e/ou coligadas que resultem em alteração do controle societário direto ou indireto da Emissora sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral;
- (l) redução do valor consolidado de Ativo Total da Emissora e das Fiadoras, em montante superior a 10% (dez por cento) do valor consolidado dos ativos líquidos da Emissora e das Fiadoras de acordo com o último balancete semestral (não auditado) referente ao semestre encerrado em 30 de junho de cada ano ou da última demonstração financeira divulgada da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme o caso, a partir de junho de 2011. Para fins deste item, a redução de que trata este item nunca poderá ser superior a 10% (dez por cento) do valor consolidado do Ativo Total da Emissora e das Fiadoras calculado de acordo com a sua demonstração financeira referente ao período encerrado em 31 de dezembro de 2010;
- (m) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas, inconsistentes, insuficientes ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras nesta Escritura de Emissão e/ou em qualquer documento relativo às Debêntures;
- (n) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (o) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações e em acordos de acionistas da Emissora vigentes na Data de Emissão com relação ao pagamento de dividendo mínimo obrigatório;
- (p) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, permissões, concessões e alvarás, conforme aplicáveis, inclusive ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas

30 11 11

pela Emissora, salvo se tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, licenças, permissões, concessões e alvarás for comprovadamente decorrente de problemas operacionais dos órgãos competentes ou for revertida em até 30 (trinta) dias;



- (q) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão;
- (r) invalidade, nulidade ou inexecutabilidade desta Escritura de Emissão;
- (s) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e/ou de quaisquer das Fiadoras;
- (t) condenação, pelos órgãos governamentais de caráter fiscal ou de defesa da concorrência, entre outros, que possa vir a afetar de maneira relevante a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou das Fiadoras, desde que transitada em julgado;
- (u) desde que devidamente comprovadas por decisão sancionadora de 1ª instância, inobservância e/ou infringência pela Emissora e/ou pelas Fiadoras das obrigações estabelecidas pela legislação socioambiental e de saúde e segurança do trabalho, tais como combate a discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, assédio moral ou sexual, bem como a crime contra o meio ambiente e/ou existência de restrições cadastrais, mas não se limitando ao cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, conforme definidas na Portaria nº 540, de 15 de outubro de 2004, do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, e dos Princípios do Equador no âmbito desta operação; e
- (v) descumprimento dos seguintes índices e limites financeiros, a serem verificados semestralmente pelo Agente Fiduciário com base nos balancetes semestrais (não auditados) ou nas demonstrações financeiras anuais, conforme o caso, da Emissora e das Fiadoras, sendo que os índices e limites definidos abaixo consideram o valor consolidado entre a Emissora e as Fiadoras ("Índices Financeiros"):

7  
20  
[Handwritten signatures and marks]

30 11 11

- (i) razão entre (A) Dívida Líquida; e (B) EBITDA inferior a 3,5 e  
(ii) razão entre (A) EBITDA; e (B) Despesas Financeira Líquida superior a 2,5.



onde:

"Despesa Financeira Líquida" corresponde ao total das Despesas Financeiras menos as Receitas Financeiras ao longo dos últimos 12 (doze) meses, do qual deverão ser excluídos os juros sobre o capital próprio;

"Despesas Financeiras" corresponde ao somatório, relativo acumulado dos últimos 12 (doze) meses, dos juros sobre dívidas financeiras, mútuos, títulos e valores mobiliários, deságio na cessão de direitos creditórios, custos de estruturação de operações bancárias ou de mercado de capitais, variações monetárias e cambiais passivas, despesas relacionadas a *hedge*/derivativos, excluindo juros sobre capital próprio;

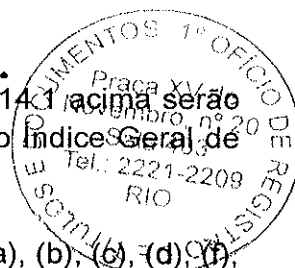
"Dívida Líquida" corresponde ao valor da dívida menos as disponibilidades em caixa, aplicações financeiras e ativos decorrentes de instrumentos financeiros (derivativos).

"EBITDA" corresponde ao resultado acumulado dos últimos 12 (doze) meses (para comparação com itens de resultado, ex. EBITDA/Despesas Financeiras ou para comparação com itens de balanço, ex. Dívida Líquida/EBITDA), incluindo EBITDA pro forma das empresas adquiridas pela devedora e ainda não consolidadas integralmente no período de apuração, antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários; e

"Receitas Financeiras" corresponde ao somatório, relativo acumulado dos últimos 12 (doze) meses, dos juros sobre aplicações financeiras, sobre empréstimos e mútuos ativos, variações monetárias e cambiais ativas, receitas relacionadas a *hedge*/derivativos;

Os índices e limites financeiros consolidados da Emissora e Fiadoras são 0,17 e 39,63, para os itens (i) e (ii) desta alínea (v), respectivamente, quando calculados com base nas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2011.

30 11 11



4.14.1.2. Os valores mencionados nas alíneas (c), (e) e (h) do item 4.14.1 acima serão reajustados, desde a Data de Integralização, pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M).

4.14.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (d), (e), (g), (h), (i), (j), (k), (m), (n), (o), (p), (q), (r), (s) e (t) do item 4.14.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação prévia à Emissora ou consulta aos Debenturistas.

4.14.2.1 A disposição de 50% (cinquenta por cento) do capital social da CAF para formação de *joint venture* com a The Coca-Cola Company ("TCCC") não será considerada um Evento de Inadimplemento, nos termos do item 4.14.1. acima, desde que observado o disposto na alínea (l) do item 4.14.1 acima.

4.14.3. Observados os prazos de cura, quando aplicáveis, na ocorrência dos eventos previstos nas alíneas (e), (l), (u) e (v) do item 4.14.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar convocação de Assembleia Geral de Debenturistas, em conformidade com o descrito na Cláusula Sétima abaixo, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data em que tomar ciência do evento ou for assim informado por quaisquer dos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. O vencimento antecipado somente não será declarado caso assim seja deliberado na referida Assembleia Geral de Debenturistas por representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.

4.14.4. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.14.3. acima por falta de quorum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quorum mínimo para deliberação acerca do não vencimento antecipado, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante envio de notificação à Emissora neste sentido.

4.14.5. Em caso de vencimento antecipado automático das Debêntures, a Emissora obriga-se a, no prazo de 3 (três) dias corridos contados do recebimento da notificação informando o vencimento antecipado das Debêntures, realizar o pagamento do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures em Circulação, acrescido da Remuneração, calculada desde a Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão.

JUCEPAR

354655

30 11 11

4.14.6. Para os vencimentos antecipados não automáticos, nos termos do item 4.14.3. acima, a obrigação da Emissora de efetuar o pagamento passará a ser exigível (i) imediatamente após o recebimento de notificação de declaração de vencimento antecipado das Debêntures enviada pelo Agente Fiduciário, caso a Emissora não tenha sido intimada a comparecer à mencionada Assembleia Geral de Debenturistas, ou (ii) da data da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, caso a Emissora tenha sido intimada a comparecer à mencionada Assembleia Geral de Debenturistas, independentemente de ter comparecido ou assinado a ata da referida Assembleia Geral de Debenturistas.

4.14.7. O Agente Fiduciário deverá comunicar a CETIP sobre o vencimento antecipado das Debêntures com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data do seu pagamento.

#### 4.15. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora devidamente atualizados da Remuneração prevista no item 4.9. acima, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês calculados *pro-rata temporis*, ambos incidentes sobre o valor devido e não pago.

#### 4.16. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.15. supra, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado divulgado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data em que os recursos se tornarem disponíveis.

30 11 11

#### 4.17. Garantias

##### *Fiança*

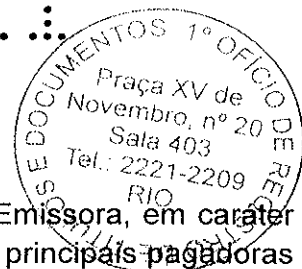
4.17.1. As Fiadoras obrigam-se, solidariamente entre si e com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadoras, principais pagadoras e solidariamente com a Emissora responsáveis pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o Valor Nominal Unitário das Debêntures, a Remuneração incidente sobre as Debêntures e os encargos moratórios devidos pela Emissora nos termos dos documentos da Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes dos documentos da Emissão ("Fiança" e "Valor Garantido", respectivamente).

4.17.1.1. As Fiadoras obrigam-se a pagar o Valor Garantido no prazo de 3 (três) dias úteis contados a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário às Fiadoras informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer parte do Valor Garantido. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras fora do âmbito da CETIP, de acordo com as instruções apresentadas pelo Agente Fiduciário, observadas as disposições previstas nesta Escritura de Emissão.

4.17.1.2. As Fiadoras expressamente renunciaram aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 368, 821, 824, 827, 829, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, todos da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil") e dos artigos 77 e 595, da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil").

4.17.1.3. A outorga da Fiança foi aprovada por meio de Assembleia Geral das Fiadoras, cujas atas serão devidamente registradas nos órgãos competentes e publicadas nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

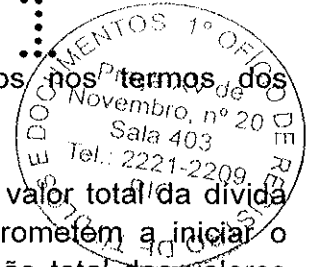
4.17.2. As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item, observado, entretanto, que as Fiadoras desde já concordam e obrigam-se a exigir e/ou demandar a Emissora por qualquer valor honrado pelas Fiadoras nos termos da Fiança somente após os





30 11 11

Debenturistas terem recebido todos os valores a eles devidos, nos termos dos documentos da Emissão.



4.17.2.1. Na hipótese de adimplemento parcial pelas Fiadoras do valor total da dívida da Emissora representada pelo Valor Garantido, estas se comprometem a iniciar o procedimento de cobrança de seu crédito somente após a quitação total dos valores devidos aos Debenturistas, nos termos dos documentos da Emissão.

4.17.2.2. As Fiadoras poderão efetuar o pagamento do Valor Garantido em razão da Fiança, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive durante eventual prazo de cura estabelecido em qualquer documento da Emissão.

4.17.3. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do Valor Garantido.

4.17.4. A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o completo, efetivo e irrevogável o pagamento integral do Valor Garantido. As Fiadoras desde já reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.17.5. A Fiança é adicional e independente de qualquer outra fiança ou qualquer outra garantia entregue ou oferecida aos Debenturistas para garantir o Valor Garantido, sendo facultado aos Debenturistas exigir o pagamento de qualquer das obrigações decorrentes do Valor Garantido que vierem a ser inadimplidas pela Emissora tanto desta quanto das Fiadoras ou de outros garantidores, ou de todos os fiadores ou garantidores.

4.17.6. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas desta Emissão não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.17.6.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

25

30 11 11

4.17.6.2. Para fins de verificação da suficiência da Fiança, foi disponibilizada ao Agente Fiduciário a documentação necessária para comprovar o valor do patrimônio líquido das Fiadoras. Após a análise da documentação disponibilizada nos termos deste item 4.17.6.2., o Agente Fiduciário declara que, na Data de Emissão, a mesma é suficiente para quitar eventual inadimplência da Emissora.



*Alienação Fiduciária de Participação Acionária*

4.17.7. Sem prejuízo da Fiança descrita neste item 4.17., a Emissora celebrará "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária"), como garantia do Valor Garantido, por meio da qual a Emissora alienará fiduciariamente em favor dos titulares das Debêntures 100% (cem por cento) das ações da CBA e CAF ("Alienação Fiduciária").

4.17.8. Observados os termos do Contrato de Alienação Fiduciária, integram a Alienação Fiduciária todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem atribuídos às ações alienadas, a qualquer título, inclusive lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores de qualquer outra forma distribuídos pela CBA e pela CAF, nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária.

4.17.9. A garantia real de alienação fiduciária de ações será devidamente registrada nos respectivos livros de registro de ações nominativas da CBA e CAF, em atendimento às disposições dos artigos 40 e 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e o Contrato de Alienação Fiduciária e seus eventuais aditamentos serão levados a registro pela Emissora no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto no artigo 130 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1.973 e alterações posteriores.

4.17.10. O Agente Fiduciário poderá promover a liberação de até 50% (cinquenta por cento) das ações da CAF alienadas fiduciariamente nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária única e exclusivamente para formação de *joint venture* com a TCCC.

4.17.10.1. A liberação da garantia de que trata o item 4.17.10. acima está condicionada ao recebimento, pelo Agente Fiduciário, de documentos que comprovem a efetiva formação da *joint venture*, a exclusivo critério dos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral para este fim.

26

JUL 11 2011

354655

30 11 11

4.17.11. Sem prejuízo do disposto no item 4.17.10. acima, a Emissora poderá solicitar ao Agente Fiduciário a liberação de parte das ações alienadas em garantia do Valor Garantido, respeitado o percentual mínimo de 200% (duzentos por cento) sobre o saldo devedor do Valor Garantido na época da solicitação, de acordo com o procedimento descrito no Contrato de Alienação Fiduciária.

- (i) a solicitação de liberação das ações alienadas fiduciariamente poderá ser realizada a partir do pagamento da 2ª (segunda) parcela de amortização das Debêntures ou na ocorrência de resgate antecipado parcial, por meio de carta encaminhada pela Emissora ao Agente Fiduciário ("Solicitação de Liberação de Garantia");
- (ii) em até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da carta de que trata a alínea (i) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral, a ser realizada em conformidade com os procedimentos descritos na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, para que os Debenturistas indiquem 3 (três) empresas idôneas e de reputação ilibada para elaboração de laudo de avaliação das ações alienadas fiduciariamente;
- (iii) a Emissora deverá escolher 1 (uma) entre as empresas indicadas pelos Debenturistas para realizar a avaliação das ações alienadas fiduciariamente, às suas expensas; e
- (iv) após a conclusão da avaliação, o laudo deverá ser encaminhado ao Agente Fiduciário, que promoverá a liberação das ações alienadas em garantia que excederem o percentual mínimo de garantia de 200% (duzentos por cento) sobre o saldo devedor do Valor Garantido à época da Solicitação de Liberação de Garantia.

4.17.11.1. Respeitado o procedimento previsto no item 4.17.11. acima, a Emissora poderá solicitar a liberação de garantia quantas vezes entender necessário, observada (i) a periodicidade mínima de 6 (seis) meses entre as solicitações, e (ii) a manutenção de, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) de ações da CBA alienadas fiduciariamente em benefício dos Debenturistas até a liquidação integral do Valor Garantido.

4.17.12. Para fins de verificação da suficiência da Alienação Fiduciária, foi disponibilizada ao Agente Fiduciário a documentação necessária para comprovar o

30 11 11



valor das ações alienadas. Após a análise da documentação disponibilizada nos termos deste item 4.17.12., o Agente Fiduciário declara que, na Data de Emissão, a mesma é suficiente para quitar eventual inadimplência da Emissora.

4.17.13. Sem prejuízo da regulamentação aplicável, até que sejam extintas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, a suficiência da Alienação Fiduciária será calculada por empresa idônea e de reputação ilibada contratada nos termos do item 4.17.11. acima por solicitação dos Debenturistas, sendo o laudo decorrente de referida avaliação entregue ao Agente Fiduciário para validação. Os custos decorrentes da contratação da empresa de avaliação serão arcados pelos Debenturistas, observado o item 4.17.13.1. abaixo.

4.17.13.1. Caso a Emissora e/ou as Fiadoras apresentem, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, indícios relevantes de piora em sua condição econômico-financeira e/ou sua capacidade de pagamento de suas obrigações, a exclusivo critério dos Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, os custos decorrentes da contratação da empresa de avaliação serão arcados pela Emissora.

4.17.14. A Emissora poderá, ainda, solicitar a substituição da Alienação Fiduciária de que trata este item por outra garantia, sendo que referida substituição estará condicionada à prévia aprovação dos Debenturistas reunidas em Assembleia Geral.

#### 4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser veiculados, ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Maranhão e no jornal "O Estado do Maranhão", bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet*. A publicação do referido Aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os titulares de Debêntures e ao Agente Fiduciário.

#### 4.19. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. As Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente junto à CETIP terão os seus pagamentos realizados pelo Banco Mandatário ou na sede da Emissora, se for o caso.



#### 4.20. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

(i) em até 90 dias da data do encerramento de cada exercício social da Emissora e das Fiadoras (a) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, e, em até 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada semestre encerrado em 30 de junho de cada ano, cópia de seus balancetes semestrais (não auditados) relativos ao respectivo semestre; (b) informações complementares preparadas pela Emissora e pelas Fiadoras, conforme o caso, informando a memória de cálculo, compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros; (c) declaração de diretor da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão; e (d) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos Índices Financeiros previstos na alínea (t) do item 4.14.1. acima, compreendendo as contas abertas de todas as rubricas necessárias para a obtenção final de tais Índices Financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

29

30 11 11

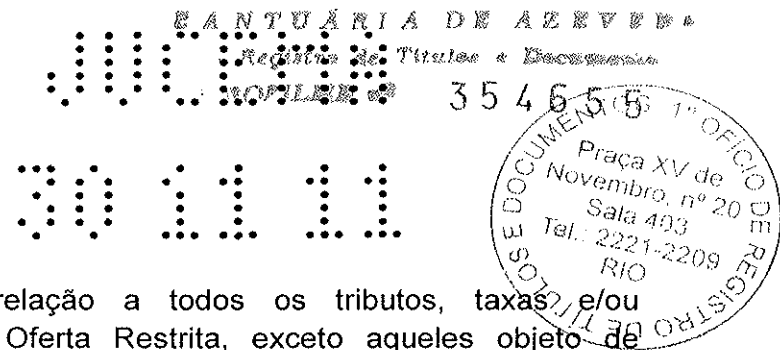


(ii) avisos aos titulares de Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos titulares de Debêntures, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, da data de sua publicação ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados; e

(iii) em até 10 (dez) dias úteis contados da solicitação do Agente Fiduciário, informações e documentos necessários para a comprovação da utilização da totalidade dos recursos oriundos da Oferta Restrita em conformidade com o descrito no item 3.7. desta Escritura de Emissão, na hipótese de exigência legal e válida realizada por autoridade competente.

- (b) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa sua capacidade de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (c) notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas nesta Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, bem como sobre a ocorrência de qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de emissão, incluindo, mas não se limitando a um dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 4.14.1. desta Escritura de Emissão;
- (d) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar de forma justificada o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;

30



- (e) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação, de boa-fé, a critério dos Debenturistas, nas esferas administrativa ou judicial;
- (f) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (g) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (i) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão;
- (j) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (k) preparar e disponibilizar demonstrações financeiras, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (l) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (m) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social

30 11 11

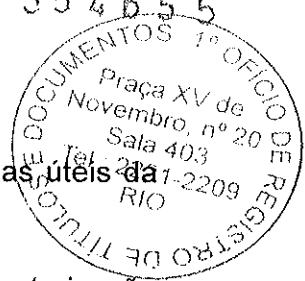


- (n) manter as demonstrações financeiras referidas na alínea (m) acima em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização;
- (o) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358;
- (p) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM;
- (q) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (m) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil contado do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, emitido em 2 de abril de 2009.
- (r) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (s) caso o Agente Fiduciário não o faça, convocar, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (t) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (u) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão; e
- (v) guardar, até a Data de Vencimento das Debêntures, toda a documentação relativa à Emissão e Oferta Restrita, e, mediante solicitação do Agente



30 11 11

Fiduciário, entregar cópia desses documentos em até 5 (cinco) dias úteis da solicitação ou no menor prazo possível, conforme exigência legal.



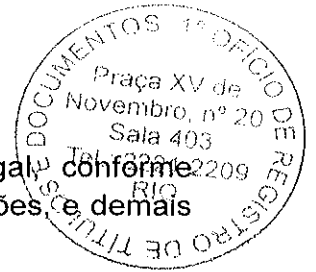
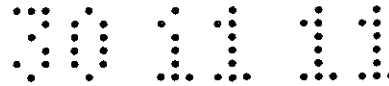
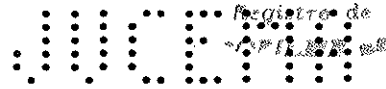
5.2. Adicionalmente, a Emissora compromete-se a obter do BNDES autorização expressa para a emissão das Debêntures e outorga das Garantias até o dia 16 de janeiro de 2012, sob pena de ter que (i) resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures, ou (ii) liquidar antecipadamente as operações da Emissora e das Fiadoras em aberto junto ao BNDES, devendo o resgate ou a liquidação antecipada, conforme o caso, ser concluído em até 5 (cinco) dias corridos contados do término do prazo para a obtenção da autorização do BNDES referida neste item 5.2.

### CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com a legislação brasileira;
- (b) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica, nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária;
- (c) aceita integralmente os termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, todas suas Cláusulas e condições;
- (d) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- (f) não tem, sob as penas da lei, qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (g) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (j) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (k) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão;
- (l) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes bastantes para tanto;
- (m) verificará a devida constituição das Garantias; e
- (n) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária constituem obrigações legais válidas, vinculativas e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição. Em ambos os casos, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 9.000,00 (nove mil

34

354655

354655

30 11 11



reais), sendo o primeiro pagamento devido até o 5º (quinto) dia após a assinatura desta Escritura de Emissão e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes. As parcelas anuais descritas neste item 6.4. serão devidas até a liquidação integral das Debêntures.

6.4.1. No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, serão devidas ao Agente Fiduciário o valor adicional de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora de trabalho dedicado à (i) execução das garantias, (ii) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com os Debenturistas; e (iii) implementação das decisões tomadas no evento referido na alínea (ii) acima.

6.4.1.1. Os valores adicionais devidos ao Agente Fiduciário nos termos do item 6.4.1. acima deverão ser pagos até o 5º (quinto) dia após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento, e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não serão considerados reestruturação das Debêntures para fins deste item 6.4.1.

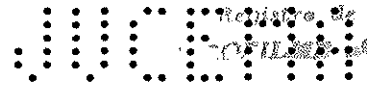
6.4.2. No caso de celebração de aditamentos a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Alienação Fiduciária, serão devidas ao Agente Fiduciário o valor adicional de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora de trabalho dedicado a tais alterações.

6.4.3. Os valores referidos acima serão acrescidos dos impostos que incidem sobre a prestação desses serviços, tais como impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS), CSSL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) e IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).

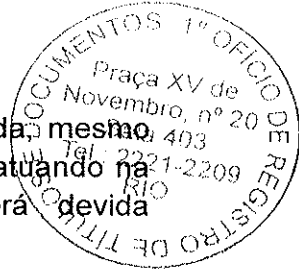
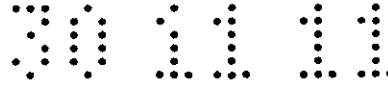
6.4.4. As parcelas de remuneração serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M ou, na sua falta, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data da assinatura desta Escritura de Emissão.

6.4.5. As remunerações não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, que deverão ser previamente aprovadas e posteriormente ressarcidas pela Emissora.

35



354655



6.4.6. A remuneração definida no item 6.4., acima, continuará sendo devida, mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplência não sanada, remuneração esta que será devida proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

6.4.7. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os eventuais honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário, indenizações, despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias.

6.4.8. As despesas a que se refere este item 6.4. compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; e

36

30 11 11

- (e) despesas com cartorários e com correios necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário.

6.4.9. As despesas incorridas pelo Agente Fiduciário em decorrência da proteção dos direitos e interesses dos Debenturistas e que não tenham sido devidamente reembolsadas pela Emissora, deverão ser somadas à dívida da Emissora e gozarão das mesmas garantias que gozam as Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça no prazo previsto, o registro desta Escritura de Emissão e averbação de respectivos aditamentos na JUCEMA e nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



37

Several handwritten signatures and marks are present at the bottom of the page, including a large signature on the left and a checkmark-like mark on the right.

30 11 11



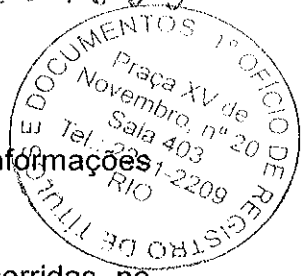
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição das garantias, bem como o valor das ações alienadas, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) examinar a proposta de substituição das garantias, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (j) intimar a Emissora a reforçar a garantia, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (k) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (l) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (m) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (n) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora e das Fiadoras, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:
- (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora e das Fiadoras ou, ainda,

JUCERMA  
Registro de Títulos e Documentos  
354655

30 11 11

o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;

- (ii) alterações estatutárias da Emissora e das Fiadoras ocorridas no período;
- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora e das Fiadoras, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura do capital da Emissora e das Fiadoras;
- (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
- (v) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e pelas Fiadoras nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária, conforme o caso;
- (vi) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (vii) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- (viii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (ix) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade da garantia das Debêntures;
- (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
  - a) denominação da companhia ofertante;
  - b) valor da emissão;



30 11 11



- c) quantidade de debêntures emitidas;
  - d) espécie das debêntures emitidas;
  - e) prazo de vencimento das debêntures emitidas;
  - f) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores, caso aplicável; e
  - g) eventos de vencimento antecipado, resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- (xi) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário.
- (xii) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a) na sede da Emissora;
  - b) na sede do Agente Fiduciário;
  - c) na CVM;
  - d) na CETIP; e
  - e) na sede do Coordenador Líder.
- (xiii) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;
- (xiv) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (xv) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas;



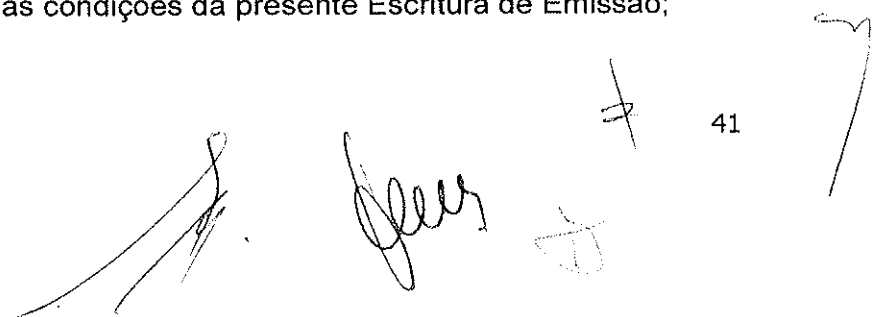
30 11 11



- (xvi) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (xvii) notificar os titulares de Debêntures, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos contados da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xviii) acompanhar com o Banco Mandatário em cada Data de Pagamento de Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão;
- (xix) divulgar as informações referidas no inciso (x) da alínea (o) acima em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- (xx) responsabilizar-se integralmente pelos serviços de Agente Fiduciário contratados nos termos da legislação vigente; e
- (xxi) calcular, diariamente, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site [www.oliveiratrust.com.br](http://www.oliveiratrust.com.br).

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares das Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;



30 11 11



- (b) executar as garantias das Debêntures, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora, se as garantias não forem suficientes para o pagamento dos valores devidos aos Debenturistas;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas (i) na alínea (a) se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação de representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação; (ii) nas alíneas (b) a (d) acima se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação; e (iii) na alínea (e) se a Assembleia Geral de Debenturistas assim autorizar por deliberação da maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, conforme definido na Cláusula Sétima, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este

354655

30 11 11

comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.13.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

43

30 11 11

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.



7.3. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias contados da nova publicação do edital de convocação

7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Escritura de Emissão, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em Circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges. Para efeitos de *quorum* de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo obrigatória nos casos de requerimento expresso de sua presença pelo Agente Fiduciário.

44

30 11 11



7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

7.12. Exceto conforme estabelecido nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas, em primeira convocação ou em qualquer convocação subsequente, por no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos Debenturistas.

7.13. Alterações (i) nas datas de pagamento de principal e juros das Debêntures; (ii) na Remuneração, exceto na hipótese do item 4.9.6. acima; (iii) na Data de Vencimento das Debêntures, (iv) nos Eventos de Inadimplemento; (v) nas garantias que possam alterar sua suficiência, exeqüibilidade, validade ou liquidez; e/ou (vi) quoruns de deliberação, deverão contar com aprovação da unanimidade dos Debenturistas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente.

7.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembléias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido nas respectivas Assembléias Gerais de Debenturistas.

7.15. Serão consideradas regulares as Assembleias Gerais de Debenturistas a que comparecerem todos os Debenturistas.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DAS FIADORAS

8.1. A Emissora e as Fiadoras neste ato declaram e garantem que:

- (a) são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e estão devidamente autorizadas a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;

45

30 11 11

- (b) estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures, à outorga da Fiança e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, as Debêntures e a Fiança não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora e/ou quaisquer das Fiadoras sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, observado o item 5.2. desta Escritura de Emissão; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou das Fiadoras exceto por aqueles já existentes na presente data ou decorrentes da Emissão, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou as Fiadoras ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora, as Fiadoras ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora e das Fiadoras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010, bem como os balancetes semestrais (não auditados) referentes ao semestre encerrado em 30 de junho de cada ano (i) são verdadeiras, completas e



46

*[Handwritten signatures and marks]*

30 11 11



corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas (ii) refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora e das Fiadoras no período; e (iii) foram, devidamente auditadas e revisadas nos termos da regulamentação aplicável;

- (h) cumprirão todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.7. desta Escritura de Emissão;
- (i) têm plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora, o Agente Fiduciário e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) estão, nesta data, observando e cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada;
- (l) todas as informações prestadas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras no âmbito da presente Oferta Restrita são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas;
- (m) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora e às Fiadoras que constam desta Escritura de Emissão são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos materiais;

47



(n) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária constituem obrigações legais, válidas e vinculativas da Emissora e das Fadoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil e

(o) têm plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

### CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

*Para a Emissora*

**COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES**

Avenida Eng. Emiliano Macieira, n.º 02, Rodovia BR-135, km 20,5 - Estiva

São Luís, MA

At.: Sr. Rubens Porto Rodrigues

Telefone: (65) 36191024

Fac-símile: (65) 36191212

Correio Eletrônico: rporto@renosa.com.br

*Para o Agente Fiduciário*

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

Avenida das Américas, n.º 500, Bloco 13, Sala 205

Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart

Telefone: (21)3514-0000

Fac-símile: (21)3514-0099

Correio eletrônico: Gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br

agente@oliveiratrust.com.br

Handwritten signatures and marks at the bottom of the page.



30 11 11



Para o Banco Mandatário

**BANCO BRADESCO S.A.**

ila Yara, s/n.º, Cidade de Deus, Prédio Amarelo, 2º Andar  
Osasco, São Paulo

At.: Sr. João Batista de Souza / Sr. Fabio da Cruz Tomo

Telefone: (11) 38641911 / 38642852

Fac-símile: (11) 36849281

Correio eletrônico: 4010.jbsouza@bradesco.com.br / 4010.custodiarf@bradesco.com.br  
/ 4010.tomo@bradesco.com.br

Para as Fiadoras:

**RENOSA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.**

Av. Mário Andreazza, n.º 1.800, bairro Nova Esperança  
Várzea Grande – Mato Grosso

At.: Sr. Rubens Porto Rodrigues

Telefone: (65) 36191024

Fac-símile: (65) 36191212

Correio Eletrônico: rporto@renosa.com.br

**RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A.**

Av. Mário Andreazza, n.º 1.800, bairro Nova Esperança  
Várzea Grande – Mato Grosso

At.: Sr. Rubens Porto Rodrigues

Telefone: (65) 36191024

Fac-símile: (65) 36191212

Correio Eletrônico: rporto@renosa.com.br

**TOCANTINS REFRIGERANTES S.A.**

Rod. BR 010, s/nº, Km 1.351, bairro Côco Grande  
Imperatriz, Maranhão

At.: Sr. Rubens Porto Rodrigues

Telefone: (65) 36191024

Fac-símile: (65) 36191212

Correio Eletrônico: rporto@renosa.com.br

**CBA COMPANHIA DE BEBIDAS E ALIMENTOS DO SÃO FRANCISCO**

Av. Cachoeira de Meirim, s/nº, bairro Benedito Bentes  
Maceió, Alagoas

30 11 11



At.: Sr. Rubens Porto Rodrigues

Telefone: (65) 36191024

Fac-símile: (65) 36191212

Correio Eletrônico: rporto@renosa.com.br

#### CAF COMPANHIA DE ÁGUAS FUNCIONAIS DO NORDESTE

Rua João José Pereira Filho, s/n.º, Q. 12, Módulo 03, Distrito Industrial, bairro Tabuleiro dos Martins,

Maceió, Alagoas

At.: Sr. Rubens Porto Rodrigues

Telefone: (65) 36191024

Fac-símile: (65) 36191212

Correio Eletrônico: rporto@renosa.com.br

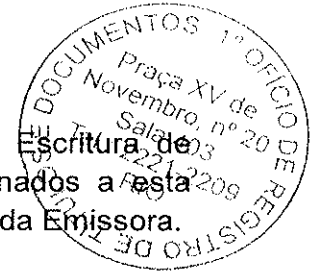
9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

#### CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes por si e seus sucessores.

30 11 11



10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

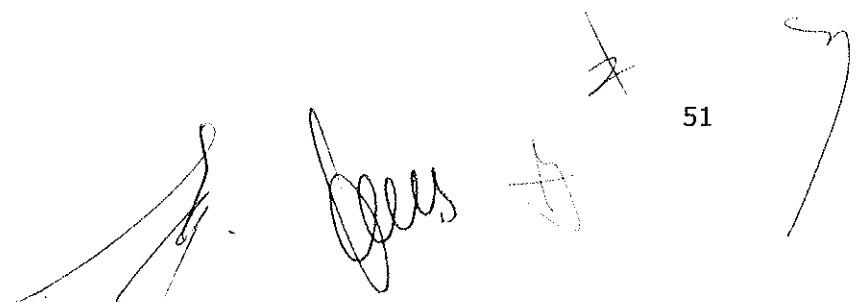
10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. As Partes elegem o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, como o único competente para dirimir quaisquer questões ou litígios originários desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 15 (quinze) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Luís, 18 de novembro de 2011.

[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]



JUCEMA

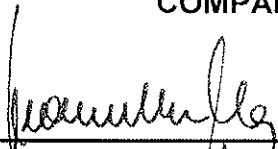
354655

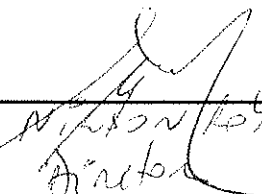
30 11 11

Página de assinaturas 01/07 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Maranhense de Refrigerantes



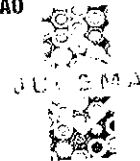
## COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES

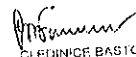
  
 Nome: Leonardo Torres de Sousa  
 Cargo: Presidente

  
 Nome: Milton Roberto Tagliari  
 Cargo: Diretor



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO**  
 CERTIFICO O REGISTRO EM 30/11/2011  
 SOB O NÚMERO E-0000183000  
 Protocolo 11/075822 6  
 Empresa 213 0003709 1  
 COMPANHIA MARANHENSE DE REFRIGERANTES



  
 CLEONICE BASTOS DA FONSECA  
 SECRETÁRIA GERAL

Nº AD 141.723

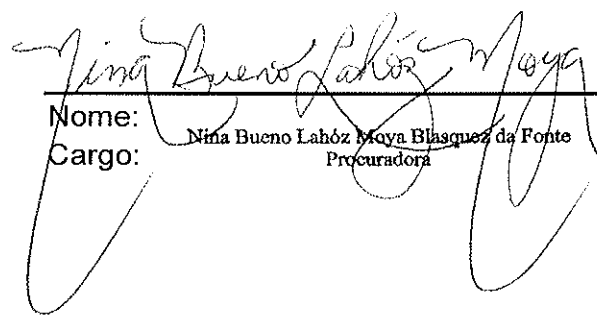
354655

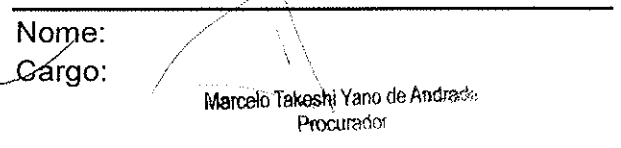
30 11 11

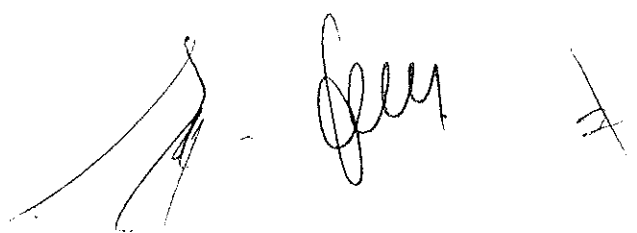
Página de assinaturas 02/07 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Maranhense de Refrigerantes



**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**

  
Nome: Nina Bueno Lahóz Moya Blasquez da Fonte  
Cargo: Procuradora

  
Nome: Marcelo Takashi Yano de Andrade  
Cargo: Procurador



JUL 07

354655

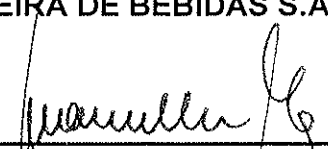
30 11 11

Página de assinaturas 03/07 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Maranhense de Refrigerantes



**RENOSA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S.A.**

Nome: NICANDRO TORRES DE MELO  
Cargo: DIRETOR



Nome: LEONARDO TORRES DE MELO  
Cargo: VICE PRESIDENTE

JUCER

354655

30 11 11

Página de assinaturas 04/07 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Maranhense de Refrigerantes



*[Handwritten signature of Ricardo Ternes de Mello]*

RENOSA PARTICIPAÇÕES S.A.

Nome: RICARDO TERNES DE MELLO  
Cargo: DIRETOR

*[Handwritten signature of Leonardo Ternes de Mello]*

Nome: LEONARDO TERNES DE MELLO  
Cargo: VICE PRESIDENTE

30 11 11

Página de assinaturas 05/07 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Maranhense de Refrigerantes



TOCANTINS REFRIGERANTES S.A.

Nome: RICARDO TORRES DE MELO  
Cargo: DIRETOR

Nome: LEONARDO TORRES DE MELO  
Cargo: PRESIDENTE

VILSON ROBERTO TOCANTINS  
Diretor



JUCERAM

354655

30 11 11

Página de assinaturas 06/07 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Maranhense de Refrigerantes



## CBA COMPANHIA DE BEBIDAS E ALIMENTOS DO SÃO FRANCISCO

Nome: Ricardo Tommas de Melo  
Cargo: Diretor

Nome: Leandro Tommas de Melo  
Cargo: Vice Presidente

JUCEB

Registro de Títulos e Documentos

PÚBLICA Nº

354655

30 11 11

Página de assinaturas 07/07 do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real e Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia Maranhense de Refrigerantes



CAF COMPANHIA DE ÁGUAS FUNCIONAIS DO NORDESTE

Nome: RICARDO TEÓFILO DE MELO  
Cargo: DIRETOR

Nome: LEONARDO DOMINGOS DE MELO  
Cargo: VICE PRESIDENTE

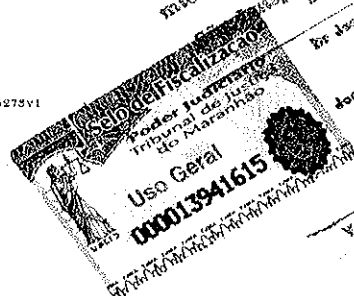


Testemunhas:

Nome: MAURY FÁRIA S. PLACIA  
CPF: 020.383.443-34

Nome: Antônio Teófilo de Melo  
CPF: 928.958.023-91

CANTUÁRIA DE AZEVEDO  
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS  
BELO OCEANO MAR, SA-CORREIO FONE (00) 681-703  
Apresentado para, protocolado e registrado em  
microfilme sob o nº 354655  
22 NOV. 2011



Dr. José Tadeu Cantuária de Azevedo  
Cidral  
Rogério Meda Aguiar de Azevedo  
João Tadeu Cantuária de Azevedo Figueira  
Marta Dalva Maciel de Azevedo  
Substitutos  
Marta Cláudia Meda Silva  
Escritório

VÁLIDA BOMBEIA COM O ESTILO DE PROTEÇÃO

2ª VIA